

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes aos semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020, que apresentamos os seguintes resultados: a) Foi apurado um lucro líquido no semestre de R\$13.752 mil contra R\$6.821 mil em 2020; b) O Patrimônio Líquido passou de R\$1.878 mil em 30 de dezembro de 2020 para R\$126.600 mil em 30 de junho de 2021. O Banco B3 S.A. é uma sociedade anônima fechada, na condição de banco comercial singular com carteira de câmbio, controlada integralmente pela B3 S.A. BRASIL, BOLSA, BALCÃO e concebido para ser o importante instrumento de suporte operacional aos participantes dos mercados por ela administrados. Autorizada pelo Banco Central do Brasil em maio de 2004, a instituição desempenha desde então funções de liquidante e custodiante central para os agentes econômicos responsáveis por operações realizadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. O Banco B3 não capta recursos junto ao público, não realizando as operações de garantias, aval ou fiança em favor de quaisquer terceiros, além de não conceder crédito, prover liquidez ou fazer prestação de quaisquer outros serviços a entidades administradoras de sistemas de negociação ou de registro de operações que não sejam administrados pela sua controladora. O Conselho Monetário Nacional em sessão realizada no dia 29 de janeiro de 2004 e divulgada através da Resolução nº 3165/2004, permitiu ao então Banco BM&F operar exclusivamente como liquidante das operações cursadas em Bolsas de Mercadorias e Futuros. Com a fusão das instituições BM&F e BOVESPA em 8 de maio de 2008 nasceu a B3 S.A. BRASIL, BOLSA BALCÃO e o Banco BM&FBOVESPA, que passou a atuar também no segmento BOVESPA como liquidante e custodiante, conforme dispõe a Resolução 4.073 de 26 de abril de 2012. Em 29 de janeiro de 2018 passou a denominar-se Banco B3 S.A., depois da fusão da BM&FBOVESPA S.A. e da CETIP S.A. em março de 2017, criando a

Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2021 e 31 dezembro de 2020

| <i>(Em milhares de Reais)</i> | | | | |
|------------------------------------|-------|------------------|------------------|-------|
| Ativo Circulante | Notas | 30/06/2021 | 31/12/2020 | |
| Disponibilidades | | 4 | 3.500 | 2.926 |
| Instrumentos financeiros | | | | |
| Adições em negociações de liquidez | 5(a) | 1.185.894 | 981.514 | |
| Títulos e valores mobiliários | 5(b) | 10.640 | 18.137 | |
| Relações interfinanceiras | | | 634 | 588 |
| Despesas antecipadas | | | 110 | 32 |
| Outros créditos | 6 | 19.684 | 23.018 | |
| Não-Circulante | | 122.997 | 107.193 | |
| Realizáveis a Longo Prazo | | 121.324 | 105.728 | |
| Instrumentos financeiros | | | | |
| Títulos e valores mobiliários | 5(b) | 120.624 | 105.273 | |
| Ativo fiscal diferido | | | 700 | 525 |
| Imobilizado | | 278 | - | |
| Custo | | (8) | - | |
| Amortização acumulada | | 1.395 | 1.325 | |
| Intangível | | 1.919 | 1.737 | |
| Custo | | (9) | - | |
| Amortização acumulada | | (524) | (412) | |
| Total do ativo | | 1.343.459 | 1.133.338 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

| | Notas | Reserva de lucros | | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|--|-------|-------------------|---------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| | | Capital realizado | Reserva legal | | | |
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | 60.000 | 5.843 | 10 | - | 100.318 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | (20) | - | (20) |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | 6.821 | 6.821 |
| Destinação: | | | | | | |
| Reserva legal do semestre | 10(c) | - | 341 | - | (341) | - |
| Reserva especial de lucros | 10(c) | - | 6.480 | - | (6.480) | - |
| Saldo em 30 de junho de 2020 | | 60.000 | 6.184 | (10) | - | 107.119 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | 60.000 | 6.688 | (346) | - | 112.878 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | (30) | - | (30) |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | 13.752 | 13.752 |
| Destinação: | | | | | | |
| Reserva legal do semestre | | - | 688 | - | (688) | - |
| Reserva especial de lucros | | - | 13.064 | - | (13.064) | - |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | | 60.000 | 7.376 | (376) | - | 126.600 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2021 e 2020 (Em milhares de Reais)

1 - Contexto operacional: O Banco B3 S.A. (Banco) é uma sociedade anônima fechada, na condição de banco comercial singular com carteira de câmbio, com sede na cidade de São Paulo, controlada integralmente pela B3 S.A. - BRASIL, BOLSA, BALCÃO, (B3). Concebido para ser o principal instrumento de suporte operacional aos participantes dos mercados administrados pela B3, desde a autorização do Banco Central do Brasil para seu funcionamento, em maio de 2004, o Banco tem por objeto a atuação como liquidante, custodiante, escriturador, administrador, fiduciário, gestor e distribuidor de fundos de investimento, prestando serviços à B3 e para os participantes dos mercados por ela administrados. O Banco não capta recursos junto ao público, não realiza operações que requeram oferta de garantias, aval ou fiança em favor de quaisquer terceiros, além de não conceder crédito, prover liquidez ou fazer prestação de quaisquer outros serviços a entidades administradoras de sistemas de negociação ou de registro de operações que não sejam administrados pela sua controladora.

2 - Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras: As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Comitê de Auditoria do Banco em reunião realizada em 24 de agosto de 2021. As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4.818/20 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Resolução nº 2/20 do BACEN e normas expedidas por este, constanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O objetivo principal das alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20 é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS) 1925 em suas alterações implementadas foram: os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o saldo final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente, e a inclusão da nota de Resultados Recorrentes e Não Recorrentes. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o Lucro Líquido ou o Patrimônio Líquido.

3 - Principais práticas contábeis: a. Receitas e despesas: As receitas e despesas estão registradas segundo o regime de competência. **b. Estimativas contábeis:** A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use o julgamento na determinação e registro de passivos contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a valorização a mercado de títulos e valores mobiliários. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. O Banco revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c. Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa incluem os saldos de reservas livres junto ao BACEN e depósitos em moeda estrangeira. **d. Ativos circulantes:** Os ativos circulantes são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações de taxas auferidas. **e. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:** Títulos e valores mobiliários estão compostos por títulos públicos federais, os quais estão contabilizados pelo valor de aquisição, acrescidos dos rendimentos calculados em razão da fluência dos prazos, e ajustados a valor de mercado. Os títulos públicos federais estão classificados como disponíveis para venda, visto que o Banco não possui o propósito de negociá-los de forma ativa e frequente. A classificação em disponíveis para venda prevê a contabilização a valor de mercado, sendo os seus rendimentos intrínsecos reconhecidos na demonstração de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários, sob o título de "Ajuste a valor de mercado (TVM)". Os ganhos e as perdas, quando realizados, são reconhecidos mediante a identificação específica na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquido dos correspondentes efeitos tributários. O Banco tem como política não realizar operações próprias no mercado de derivativos, aplicando suas disponibilidades em títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez. **f. Ativo imobilizado de uso:** Os ativos imobilizados de uso são compostos por aquisição de software e hardware pelo custo de aquisição. **g. Ativos intangíveis:** Os ativos intangíveis são compostos por aquisição e desenvolvimento de software pelo custo de aquisição ou formação. **h. Passivos circulantes:** Os passivos circulantes incluem os passivos conhecidos e calculáveis, acrescido dos encargos e das variações monetárias, quando aplicável. E reconhecido no balanço o passivo decorrente de uma obrigação legal ou constituído pelo resultado de um evento passado, onde seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Esses passivos são registrados tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **i. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi calculada sobre o "Lucro Real", que corresponde ao lucro contábil, ajustado pelas adições e exclusões, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro excedente à R\$ 20 por mês. A provisão para contribuição social para o período compreendido de 1º de janeiro de 2019 até 28 de fevereiro de 2020 foi constituída com base no lucro antes do imposto de renda, ajustado pelas exclusões ou adições previstas na legislação, à alíquota de 15%. Com o fim dos efeitos da Lei nº 1925 de 19 de fevereiro de 2020, a alíquota da contribuição social passou a ser de 20%, a partir de 1º de março de 2020, alterado pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021, passando a ser de 25% de 01 de julho até 31 de dezembro de 2021 e 20% (vinte por cento) a partir de 1º de janeiro de 2022. **j. Lucro por ação:** O lucro por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído ao acionista da sociedade, pela quantidade de ações em circulação ao final do período. **k. Contingências e Obrigações Legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuadas de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009.

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | | |
|---|-----------------------|-------------------------|-----------------------|-------------------------|
| 4 - Disponibilidades | | | | |
| Reservas Livres - BACEN | 350 | 265 | | |
| Recursos em moeda estrangeira no exterior | 1.154 | 1.544 | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.504 | 1.809 | | |
| Recursos em trânsito de terceiros | 1.996 | 1.117 | | |
| Total de disponibilidades | 3.500 | 2.926 | | |
| 5 - Instrumentos financeiros: a. Aplicações interfinanceiras de liquidez: As aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações no mercado aberto com compromisso de revenda para 1 de julho de 2021, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro Nacional - (LFTN) e Notas do Tesouro Nacional série B - (NTN-B), (2020 -) e em aplicações interfinanceiras de liquidez são compostas por aplicações no mercado aberto com compromisso de revenda para 1 de julho de 2020, com lastro em Letras Financeiras do Tesouro - (LFT) e Notas do Tesouro Nacional série B - (NTN-B). | | | | |
| b. Classificação da carteira: Os títulos e valores mobiliários estão assim demonstrados: | | | | |
| | 30/06/2021 | 31/12/2020 | | |
| Disponíveis para venda | Valor de curva | Valor de mercado | Valor de curva | Valor de mercado |
| Carteira própria | - | - | - | - |
| Títulos Públicos Federais: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 101.712 | 101.163 | 94.365 | 93.813 |
| Notas do Tesouro Nacional | 2 | 2 | 2 | 2 |
| | 101.714 | 101.165 | 94.367 | 93.815 |
| Vinculados a operações compromissadas: | | | | |
| Títulos Públicos Federais: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | - | - | 645 | 645 |
| | - | - | 645 | 645 |
| Vinculados à prestação de garantias: | | | | |
| Títulos Públicos Federais: | | | | |
| Letras Financeiras do Tesouro | 29.398 | 29.293 | 29.027 | 28.950 |
| | 29.398 | 29.293 | 29.027 | 28.950 |
| Títulos de Renda Variável | | | | |
| Ações de Companhias Fechadas | | | | |
| Ações Swift | 835 | 806 | - | - |
| | 835 | 806 | - | - |
| Total | 131.947 | 131.264 | 124.039 | 123.410 |

c. Diversificável por prazo

| | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--|----------------|----------------|
| Disponíveis para venda | | |
| Carteira própria | | |
| Vencimento até 3 meses | 4.412 | 13.782 |
| Vencimento de 3 meses a 1 ano | 6.228 | 4.355 |
| Vencimento de 1 a 3 anos | 26.098 | 21.005 |
| Vencimento de 3 a 5 anos | 19.280 | 16.872 |
| Vencimento de 5 a 15 anos | 45.147 | 37.801 |
| Total da carteira própria | 101.165 | 93.815 |
| Vinculados a compromissos de recompra: | | |
| Vencimento de 1 a 3 anos | - | 645 |
| Total dos vinculados a compromisso de recompra | - | 645 |
| Vinculados à prestação de garantias: | | |
| Vencimento de 1 a 3 anos | 23.903 | 19.328 |
| Vencimento de 3 a 5 anos | 5.390 | 8.561 |
| Vencimento de 5 a 15 anos | 1.061 | 1.061 |
| Total dos vinculados à prestação de garantias | 29.293 | 28.950 |
| Títulos de Renda Variável | | |
| Sem vencimento | 806 | - |
| | 806 | - |
| Total | 131.264 | 123.410 |

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado na data do balanço, utilizando-se as cotações divulgadas pela ANBIMA. Para os títulos de renda variável, dado sua aquisição em 16 de junho de 2021, consideramos o custo de aquisição, como a melhor estimativa de precificação do valor justo desses ativos na data base de 30/06/2021. A marcação a mercado, não realizada, líquida dos correspondentes efeitos tributários, totalizaram em 30 de junho de 2021 e 2020 (R\$376) e (R\$10), respectivamente. Os títulos públicos estão contabilizados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic. Os títulos disponíveis para venda possuem liquidez imediata, independente do prazo de vencimento, exceto pelos títulos vinculados à prestação de garantias. Os títulos vinculados à prestação de garantias referem-se a títulos depositados em garantia com exigência operacional em seus serviços de liquidante na Clearing de Câmbio da B3. Não ocorreram reclassificações de títulos durante o semestre.

Diretoria

| | |
|---|---|
| Gilson Finkelztain - Diretor Presidente | Viviane El Banate Basso - Diretora Vice-Presidente |
| Eduardo Lopes Farias - Diretor de Riscos | |

Relatório do Comitê de Auditoria

1. Informações iniciais
 O Comitê de Auditoria do Banco B3 ("Comitê") é órgão estatutário com reporte à Diretoria do Banco B3, regido pela legislação e regulamentação aplicáveis, pelo disposto no Estatuto Social do Banco B3 e pelo Regimento Interno do Comitê. Além de reportar-se diretamente à Diretoria do Banco B3, o Comitê também deve apresentar periodicamente suas atividades à Assembleia Geral do Banco B3 em relação às atribuições específicas previstas no Estatuto Social do Banco B3. Em linha com a regulamentação aplicável e com o Estatuto Social do Banco B3, o Comitê é composto por 3 (três) membros, que são membros da Diretoria do Banco B3 e 1 (um) possui reconhecida experiência em assuntos de contabilidade e auditoria, sendo este designado Membro Especialista. Os membros do Comitê têm mandato de 1 (um) ano, admitida a reeleição, nos termos da Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional ("Resolução CMN nº 3.198/04"), para sucessivos mandatos, sendo eleitos e destituídos pela Assembleia Geral do Banco B3, dentre pessoas naturais com reputação ilibada, residentes no Brasil que, além de atender às condições estabelecidas pela regulamentação em vigor, atendam cumulativamente aos critérios específicos fixados pelo Regimento Interno do Comitê e pelo Estatuto Social do Banco B3.

2. Atribuições e responsabilidades
 Compete ao Comitê de Auditoria, dentre outras atribuições e responsabilidades legais, estatutárias e regulamentares aplicáveis, avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras semestrais do Banco B3 e a efetividade das auditorias, independente e interna, e dos sistemas de controles internos do Banco B3, assim como desenvolver as demais atividades previstas nos artigos 15 e 17 da Resolução CMN nº 3.198/04, no Estatuto Social do Banco B3 e no Regimento Interno do Comitê. Neste sentido, no âmbito da avaliação das demonstrações contábeis semestrais do Banco B3, cumpre ao Comitê, inclusive, revisar as respectivas notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas

B3 S.A. **Governança Corporativa:** A Governança Corporativa do Banco B3 atua com mecanismos de incentivo e monitoramento, com o objetivo de assegurar o alinhamento dos processos com os interesses estratégicos da instituição. Suas políticas apoiam o gerenciamento de riscos apoiadas em decisões colegiadas de comitês específicos, abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, operacionais, produtos e serviços. **Gerenciamento de Riscos:** Em atendimento ao disposto na Resolução Conselho Monetário Nacional nº 4.557, de 23 de junho de 2017, estrutura de gerenciamento integrado de riscos (operacional, mercado, liquidez e crédito - as operações sujeitas ao risco de crédito referem-se aquelas de contraparte em operações compromissadas - e gerenciamento de capital) e controles internos do Banco B3 é constituída em uma unidade sob a responsabilidade do Diretor de Riscos, que responde diretamente ao Diretor Presidente do Banco. A Diretoria de Riscos do Banco B3 é responsável pela supervisão dos procedimentos operacionais com vistas a certificar o cumprimento dos limites, alçadas e diretrizes definidas em sua Política de Investimentos e Liquidação, que contém os critérios para a aplicação do capital próprio em títulos públicos federais e para os limites de operações compromissadas (por contraparte) e exposição cambial. A Política de Investimentos e Liquidação é aprovada pela Alta Administração e, tem o seu teor revisado anualmente na busca de manter a compatibilidade entre os objetivos do Banco B3 e as condições de mercado. O Banco B3 conta com equipe de especialistas em análises de risco, que aplica ferramentas de controle de limites e monitoramento diário em consonância com os parâmetros das Normas Internas de Riscos. Esse monitoramento é realizado com base em análises diárias de estresse, de controle de liquidez, de limites financeiros operacionais e de VaR (Value at Risk). Os resultados são reportados às áreas do Banco B3 através de relatórios semanais, de modo a subsidiar os gestores na administração dos

| | Notas | 30/06/2021 | 31/12/2020 |
|--|-----------|------------------|------------------|
| Passivo Circulante | | 1.216.510 | 1.020.230 |
| Instrumentos financeiros | | | |
| Depósitos à vista | 7(a) | 33.304 | 32.741 |
| Outros depósitos | 7(b) | 434.705 | 248.585 |
| Captações no mercado aberto | 8 | 718.310 | 705.139 |
| Relações interdependências - Recursos em trânsito de terceiros | | 1.996 | 1.117 |
| Relações interfinanceiras | | 16 | 1 |
| Outras obrigações | 9 | 28.719 | 32.547 |
| Exigível a Longo Prazo | | 349 | 230 |
| Outras obrigações | 9 | 275 | 200 |
| Passivo fiscal diferido | 12 | 70 | 30 |
| Patrimônio Líquido | 10 | 126.600 | 112.878 |
| Capital social de domiciliados no País | | 60.000 | 60.000 |
| Reserva de lucros | | 66.976 | 53.224 |
| Outros resultados abrangentes | | (376) | (346) |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 1.343.459 | 1.133.338 |

| | Notas | Capital realizado | Reserva legal | Reserva especial de lucros | Outros resultados abrangentes | Lucros acumulados | Total |
|--|-------|-------------------|---------------|----------------------------|-------------------------------|-------------------|----------------|
| Saldo em 31 de dezembro de 2019 | | 60.000 | 5.843 | 10 | - | - | 100.318 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | (20) | - | (20) |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 6.821 | 6.821 |
| Destinação: | | | | | | | |
| Reserva legal do semestre | 10(c) | - | 341 | - | - | (341) | - |
| Reserva especial de lucros | 10(c) | - | 6.480 | - | - | (6.480) | - |
| Saldo em 30 de junho de 2020 | | 60.000 | 6.184 | 40.945 | (10) | - | 107.119 |
| Saldo em 31 de dezembro de 2020 | | 60.000 | 6.688 | 46.536 | (346) | - | 112.878 |
| Outros resultados abrangentes | | - | - | - | (30) | - | (30) |
| Lucro líquido do semestre | | - | - | - | - | 13.752 | 13.752 |
| Destinação: | | | | | | | |
| Reserva legal do semestre | | - | 688 | - | - | (688) | - |
| Reserva especial de lucros | | - | 13.064 | - | - | (13.064) | - |
| Saldo em 30 de junho de 2021 | | 60.000 | 7.376 | 59.600 | (376) | - | 126.600 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

d. Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

| | 2021 | 2020 |
|---|---------------|---------------|
| | 1º Semestre | 1º Semestre |
| Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez | 13.216 | 11.806 |
| Rendas de títulos de renda fixa | 1.636 | 1.840 |
| Total | 14.852 | 13.646 |

e. Análise de sensibilidade: O Banco B3 é integralmente controlado pela B3 e seu funcionamento autorizado pelo Banco Central do Brasil em janeiro de 2004. Desde a sua autorização é um instrumento de suporte operacional para a B3 e seus participantes, atuando de maneira integrada com seus clientes para atender suas estratégias de negócios. O Banco B3 não capta recursos junto ao público, não realiza operações que requeram oferta de garantias, aval ou fiança em favor de quaisquer terceiros e não concede crédito. *Política de Taxa de Juros:* Esse risco está relacionado com a possibilidade do Banco B3 sofrer perdas em decorrência de flutuações das taxas de juros afetando seus ativos, acarretando efeitos sobre o seu resultado financeiro. Posição Pós-fixada: Conforme política de aplicações financeiras, com o objetivo de ter o menor impacto possível das flutuações das taxas de juros, a carteira própria do Banco B3 é composta exclusivamente por títulos públicos federais (TPFs), mantendo a proporcão de, no mínimo, 90% em TPFs pós-fixados SELIC, especificamente Letras Financeiras do tesouro (LFTs). O quadro a seguir apresenta uma análise de sensibilidade sobre os possíveis impactos nos ativos em decorrência de uma variação de 25% e 50% sobre o cenário provável da taxa Selic, para os próximos três meses, obtidos por meio da Bloomberg.

| | Impacto | | Cenário | | |
|-------|---------|-------|---------|-------|-------|
| | -50% | -25% | Neutro | +25% | +50% |
| Selic | 775 | 1.157 | 1.537 | 1.912 | 2.285 |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionista do **Banco B3 S.A.** São Paulo - SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco B3 S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco B3 S.A. em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é

responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para

planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de agosto de 2021.


EY Building a better
working world
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Flávio Serpejante Peppe
Contador
CRC-1SP172167/O-6